



Secretaria
do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos



MEMÓRIA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE RPPN

LOCAL: SAIA

DATA: 25/09/07

LISTA DE PRESENÇA:

NOME	SETOR	TELEFONE	E-MAIL
Felipe Mello	PCE	3136 3476	felipe.mello@mma.gov.br
Maria Otávia Crepaldi	GRN	3136-3470	mariaotavia@gmail.com
Michele Dechoum	GRN	3136-3471	mdechoum@iema.es.gov.br
Wilson Loureiro	IAP - PR	-	wilson@loureiro.bio.br

Discussões / Encaminhamentos:

Esta reunião contou com a ilustre presença do Sr. Wilson Loureiro, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), no intuito de trocar experiências sobre Programa Estadual de Incentivo à RPPN. O Paraná é pioneiro em legislações e incentivos à conservação da biodiversidade em áreas particulares e, por esse motivo, a observação de experiências de sucesso é fundamental para o desenvolvimento desse Programa no Espírito Santo. Cabe lembrar que no dia 24/09/2007 aconteceu uma reunião entre o IEMA e representantes da TNC (The Nature Conservancy) com o intuito de formalizar a parceria entre esta ONG e o Estado, por meio de uma cooperação técnica.

Na reunião de trabalho do dia 25/09/2007, os principais pontos discutidos foram:

- ❖ Fortalecimento da Associação de Proprietários: possibilidade de apoiar o seminário de proprietários que a ACPN (Associação Capixaba do Patrimônio Natural) pretende realizar.
- ❖ Articulação de isenções tributárias e outros incentivos fiscais: Wilson sugeriu uma visita à Secretaria da Fazenda para verificar as legislações e possibilidade de utilização do ICMS incremental. Sugeriu também entrar em contato com o BANESTES para discutir juro e prazos diferenciados para proprietários rurais conservacionistas. Esta última idéia é particularmente interessante, visto que o BANESTE já possui algumas linhas de crédito diferenciadas como o MODERAGRO e o PROPFLORA (ver folder anexo). Poderia ser oferecido pelo IEMA, em contrapartida ao apoio, um selo verde ou marketing ambiental similar.
- ❖ Capacitação de proprietários de RPPN e suas equipes: foi sugerida a elaboração de um caderno de apoio ao proprietário de RPPN, como material de apoio à gestão e manejo da unidade de conservação. Também foi sugerido por Wilson oferecer, periodicamente, treinamentos sobre RPPN tanto para proprietários quanto para a sociedade em geral, dispersos pelas diversas regiões do Estado.
- ❖ Parcerias para fiscalização sistemática da RPPN e entrono: Wilson mencionou a articulação de um programa no Paraná, o Força Verde. Trata-se de uma parceria com a Polícia Ambiental, com a oferta de treinamentos e repasse de recursos. Foi lembrado que o IEMA está prestes a assinar um convênio com a Pol. Ambiental.
- ❖ Título de Reconhecimento pela Ação Voluntária (2 anos após o reconhecimento da Reserva) e concessão da Comenda Conservacionista do Espírito Santo (para proprietários que implementem ações ambientais adequadas durante o período mínimo de 10 anos): Wilson ressalta a importância que deve ter a portaria de reconhecimento da Reserva, como uma certidão de direitos. Sugerimos que seja feita uma "carteirinha" ou algo similar para que o proprietário possa ter à mão sempre que necessário.

Quanto ao Título de Reconhecimento pela Ação Voluntária, pode ser concedido pelo próprio IEMA. Já a Comenda Conservacionista do Espírito Santo é emitida pela Casa Civil. Wilson sugere que seja entregue, juntamente com a certidão, uma medalha, com registro de entrega e publicação no Diário Oficial, devido à importância que alguns proprietários de Reserva dão à este tipo de reconhecimento.

- ❖ Pagamento de custos cartoriais e manutenção dos acessos às RPPNs: Wilson diz que esse serviço, no Paraná, é realizado pelas Prefeituras, pois estas recebem o ICMS Ecológico. O caminho no ES seria um convênio com Prefeituras interessadas, enquanto não se implemente o ICMS Ecológico no Estado.
- ❖ Pagamento por serviços Ambientais: Wilson apresenta o “Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas”, que o governo do Paraná está elaborando. Nele está prevista a implementação do pagamento pelos recursos hídricos conservados por RPPNs. Diz que para se implementar este tipo de ação, deve estar previsto em algum instrumento legal.
- ❖ Programa estadual de georreferenciamento de RPPNs : foi apresentada a proposta da Geomática do IEMA em realizar, em parceria com o INCRA, o georreferenciamento e a certificação rural do imóvel cujo proprietário esteja interessado em criar RPPN. Wilson aprovou a idéia e diz que devemos tentar para depois avaliarmos se é viável ou não.

Cariacica, 05 de outubro de 2007.


Maria Otávia Silva Crepaldi
Bióloga
GRN/IEMA

